

# Campos quer derrubar lei do regime jurídico do servidor

O candidato a vice-governador pela Frente Popular, deputado Geraldo Campos (PSDB-DF), entra hoje junto à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, com pedido de arquivamento do projeto de lei nº 5504 do presidente Fernando Collor de Mello que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da administração direta, autarquias e fundações públicas. Segundo Geraldo Campos, a proposta de Collor é retrógrada e desarta os avanços obtidos com a nova Constituição. Ao contrário da Carta, o projeto de Collor propõe a continuidade da aplicação da lei nº 1711 de 1952, que segundo o deputado, é altamente arcaica e ultrapassada.

No mês de maio o pre-

ARQUIVO



## **Campos contra Collor**

sidente Collor enviou ao Congresso uma mensagem propondo a retirada do projeto de lei de autoria do ex-presidente José Sarney que dispunha sobre a aplicação dos dispositivos da Constituição de 1988 em substituição da lei de 1952. A proposta de Sarney resultou na adoção da licença gestante de 120 dias, o pagamento do dé-

cimo terceiro salário para os funcionários públicos e a concessão de um terço dos vencimentos no período das férias. O projeto de Sarney já foi aprovado pela Câmara e agora está em tramitação no Senado.

No mesmo mês, Collor enviou outra mensagem ao Congresso, dessa vez propondo a aplicação do regime único dos servidores públicos baseado na lei nº 1711 de 1952, que segundo o deputado Geraldo Campos, não corresponde aos anseios dos trabalhadores brasileiros. Pois não contém os avanços da Constituição de 1988. Disse ainda o parlamentar que é certo o arquivamento do segundo pedido de Collor, já que os próprios autores do texto constitucional não vão votar contra todo o trabalho realizado.